



CLIPPING



3 e 4 DE
JULHO DE
2021

COORDENADORIA DE IMPRENSA DO TJPA
(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 - coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

Trabalho presencial

O Ministério Público do Trabalho PA-AP retoma atividades presenciais em Macapá, Marabá e Santarém a partir de 5 de julho.

EM POUCAS LINHAS

- O Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região lançou um podcast para informar a população sobre as novidades da Justiça do Trabalho no Pará e Amapá.
- O podcast será usado para divulgar decisões tomadas pela Justiça e também para divulgar orientações a patrões e empregados sobre as relações trabalhistas.
- O Tribunal de Justiça do Pará aderiu à campanha Julho sem Plástico. A intenção é incentivar o público interno a reduzir o uso de materiais plásticos nas unidades da Justiça paraense.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

SHOPPINGS DE BELÉM

Ministério Público cobra fiscalização em estacionamentos

VAGAS - Procedimento foi instaurado para garantir a segurança e o cumprimento dos direitos dos consumidores



OMP fez vistorias nos estacionamentos dos shoppings da capital paraense e chamou os administradores para debater mudanças

KAROLINE CALDEIRA*
DA REDAÇÃO

O Ministério Público do Pará (MPPA) constatou que não há fiscalização constante nos estacionamentos dos shoppings da capital paraense. O 2º promotor de Justiça de Defesa do Consumidor, Frederico Antonio Lima de Oliveira, propôs uma parceria com Corpo de Bombeiros Militar e a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém (Semob) para garantir o uso adequa-

do desses espaços.

Na última quinta-feira (1), o MPPA reuniu-se com representantes de todos os shoppings centers de Belém. Um procedimento administrativo foi instaurado para assegurar a regularidade dos estacionamentos desses estabelecimentos, para assegurar o cumprimento dos direitos dos consumidores. O promotor vai enviar um ofício à Semob para garantir o cumprimento da legislação de trânsito vigente e executar a solicitação no prazo de 15 dias.

Após uma vistoria, o Ministério Público constatou que os estacionamentos estão sendo utilizados de maneira inadequada, desrespeitando vagas reservadas para pessoas com deficiência ou áreas de circulação.

A reportagem entrou em contato com a Semob e os shopping centers da cidade. O órgão municipal informou que aguardará o envio do ofício para emitir algum posicionamento.

Em nota, o Pátio Belém informou que "sempre mantém seu estaciona-

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

mento inteiramente de acordo com todas as normas da legislação nacional de trânsito, bem como, com todas as recomendações solicitadas pelo Ministério Público do Pará”.

A assessoria do Castanheira também se manifestou: “O Castanheira Shopping trabalha constantemente para que todas as normas de trânsito sejam obedecidas, garantindo a segurança de todos os visitantes desses espaços. Pos-

suímos um estacionamento totalmente sinalizado de acordo com as normas de trânsito, que é monitorado 24h por uma equipe de colaboradores. Os mesmos prestam quaisquer tipos de informações referente a utilização das vagas, contudo, não possuem a competência para a aplicação de multas, caso o mesmo se recuse a cumprir a determinação da placa de sinalização”, dizia a nota enviada à reportagem.

O Shopping Bosque Grão-

-Pará, também por nota, informou que “o shopping já se encontra em conformidade com o que foi solicitado, dentro das normas de trânsito, e que permanece à disposição do Ministério Público para garantir a regularidade do estabelecimento”.

A reportagem segue aguardando o posicionamento dos outros shoppings da cidade. O espaço está aberto a manifestações. (*Estagiária, sob supervisão do editor Victor Furtado)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Compra de EPIs por Amorim foi cancelada após denúncia do DIÁRIO

O Ministério Público do Pará arquivou a investigação porque constatou que, além da rescisão contratual pela Sesma, não houve pagamentos à empresa que seria beneficiada. Isso ocorreu após denúncia feita pelo DIÁRIO

INVESTIGAÇÃO

Ana Célia Pinheiro

Mais uma vez o DIÁRIO conseguiu evitar um prejuízo milionário aos cofres públicos, causado pelos tucanos. Em 5 de julho do ano passado, o jornal mostrou os indícios de irregularidades na compra de R\$ 12,5 milhões em Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), para o combate à pandemia, pelo então secretário de Saúde, Sérgio Amorim, braço-direito do então prefeito Zenal-

do Coutinho. A transação mais suspeita era a aquisição de 4,6 milhões de luvas de látex, para um período de apenas 6 meses, apesar de a Secretaria Municipal de Saúde (Sesma) possuir cerca de 8 mil servidores, dos quais só uns 3 mil atuavam diretamente no atendimento à população. Em 8 de julho, 3 dias depois daquela reportagem, Amorim rescindiu o contrato. Agora, o Ministério Público do Pará (MP-PA) arquivou a investigação sobre o caso, porque constatou que, além da rescisão contratual, também não houve pagamentos à empresa que seria beneficiada.

A decisão do MP-PA já era esperada e, de certa forma, foi antecipada pelo DIÁRIO: em reportagens posteriores, o jornal mostrou que a Sesma anulou a nota de empenho de R\$ 1,748 milhão em favor da empresa. O arquivamento foi decidido pelo promotor Domingos Sávio Campos, da 3ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, com base em uma Nota Técnica que apontou a “perda de objeto” da investigação, devido à rescisão contratual e à inexistência de pagamentos. A homologação do arquivamento, pelo

Conselho Superior do MP-PA, ocorreu no último 25. Tais compras chamaram a atenção porque, na época, servidores municipais de Saúde protestavam nas ruas devido à falta de EPIs. Enquanto isso, os contratos assinados por Amorim indicavam a compra de enormes quantidades desses equipamentos.

Também chamaram a atenção os preços pagos por esses produtos, muitos deles acima do que foi pago por outros órgãos, e até pela Sesma. Das 43.100 máscaras PFF2, as de mais alta proteção, compradas por Amorim, 3.100 saíram a R\$ 29,90 a unidade, em



Sérgio Amorim era secretário na gestão do prefeito Zenaldo

FOTO: FERNANDO ARAÚJO

23 de abril, apesar de outras 40 mil terem sido compradas por R\$ 23,00 cada, no dia anterior. E também no dia anterior (22 de abril), o Hospital de Clínicas Gaspar Viana, do Governo do Estado, havia comprado 2 mil máscaras PFF2 por R\$ 21,00 a unidade. O mesmo ocorreu com as 491 mil máscaras descartáveis. Entre abril e maio, o custo unitário de 41 mil delas ficou, em média, em R\$ 1,56. Mas, ainda em maio, a Sesma fechou um contrato para a produção de 450 mil dessas máscaras e o custo unitário foi parar em R\$ 1,70. Já a Polícia Militar do Pará (PM-PA) comprou,

em 27 de maio, 30 mil máscaras a R\$ 1,20 cada. Já os 4,6 milhões de luvas ficariam em 38 centavos a unidade, contra os 21 centavos registrados pelo Banco de Preços do Governo do Estado, em 14 de fevereiro, ou três meses antes.

DENÚNCIA

As reportagens do DIÁRIO levaram a vereadora Nazaré Lima, do PSOL, a protocolar denúncia no MP-PA. As investigações foram divididas entre várias promotorias. No entanto, nem isso conseguiu frear Amorim: em 18 de setembro, véspera das eleições municipais, ele assi-

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

nou contratos para a compra de 11, 250 milhões de luvas de látex, quantidade superior à toda a população do Pará (8,7 milhões de habitantes) e 7 vezes a população de Belém. A nova compra ocorreu quando os casos de Covid-19 já haviam até caído bastante, em relação ao pico da doença, que foi em maio.

Houve licitação, com duas vencedoras. Uma, a F Cardoso & Cia Ltda, empresa tradicional do mercado, sediada em Ananindeua. Já a outra, que ganhou um contrato no valor de R\$ 1,995 milhão, para fornecer 4,750 milhões dessas luvas, era uma empresa complicada: a JKL Investimentos S.A, sediada em Fortaleza, no estado do Ceará. Ela pertencia ao empresário Maurício Araújo de Oliveira Souza, suspeito de atuar como laranja de uma quadrilha especializada em falsificação de documentos, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Segundo a Operação Perfidia, realizada pela Polícia Federal, em março de 2017, ele teria ajudado a lavar quase 5 bilhões de dólares, através da venda de bolívars venezuelanos a um banco da Dinamarca, pela offshore Global Recreative Sistem – GRS CA, da qual era o representante legal.

ESQUISITICES

Apesar de sugerir o arquivamento do caso, a Nota Técnica do MP-PA revela esquisitices na tentativa de aquisição daqueles 4,6 milhões de luvas e outros EPIs. Uma delas, a documentação enviada pela Prefeitura de Belém ao MP-PA, que, além de incompleta, não continha a numeração das páginas. Outra esquisitice é que a dispensa licitatória e contrato da JJ da Silva & Santos Ltda foram assinados por Amorim sem que tivessem sido sanadas as pendências documentais detectadas pelo Núcleo Jurídico e pelo Controle Interno da Sesma: a indicação da dotação orçamentaria, dos critérios para a escolha do fornecedor e da garantia em caso de pagamento antecipado, além de documentos de habilitação e da consulta aos cadastros de empresas inidôneas e suspensas. Também houve "readequação" da quantidade de luvas a serem compradas, "sem delimitação de critérios ou parâmetros". Saíram as luvas nos tamanhos P e G e ficaramas de tamanho M, com a quantidade retificada para 46 mil caixas, cada uma com 100 unidades e com um custo unitário de R\$ 37,00. Depois, houve o aumento desse preço para R\$ 38,00 a caixa, sem que tenha sido apontado qualquer motivo para isso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Após 4 anos Daniel Cruz deixa presidência da ATEP

Após um ciclo exitoso de 4 anos à frente da presidência da Associação dos Advogados Trabalhistas do Estado do Pará (Atep), o advogado Daniel Cruz passa o bastão para os advogados Mary Cohen e Renato Coutinho. No próximo dia 7/7 será inaugurada sua foto na galeria de ex-presidentes da entidade. Cruz se volta agora para as atividades de seu escritório e para a sua pré-candidatura à Caixa de Assistência da OAB-PA

JUSTIÇA EM FATOS LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfmcosta@gmail.com



CIDADANIA: TRE DO PARÁ E UNICEF ASSINAM TERMO DE COOPERAÇÃO

O TRE Pará e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) assinaram na última quarta-feira um termo de cooperação técnico-científica e cultural para desenvolver programas e projetos que assegurem os direitos das crianças e adolescentes no exercício da cidadania. O acordo pretende incentivar no jovem o alistamento eleitoral, a partir da emissão do título de eleitor, e o voto livre e consciente. A solenidade ocorreu no Centro Cultural de Justiça Eleitoral, de maneira virtual. Participaram a presidente do TRE, desembargadora Luzi Nadja Guimarães Nascimento, o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, e a coordenadora do UNICEF na Amazônia, Anyoli Sanabria. A estudante, Josiely Oliveira Soeiro, de 14 anos, esteve presente na cerimônia.

POR DENTRO DO PLENO



Leonam Gondim Jr. homenageado com Medalha "Zeno Veloso"

O vice-presidente e corregedor do TRE do Pará, desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior, foi agraciado dia 24/06 com a Medalha de Mérito Notarial "Zeno Veloso" pelos méritos como jurista e escritor, e pela contribuição para a atividade notarial. Leonam foi escolhido pelo próprio jurista Zeno Veloso, já falecido, para receber a homenagem. A honraria foi entregue pelo presidente do Instituto de Proteção de Títulos do Brasil - Seção Pará (IEPTB-PA), Eleandro Granja Vanin e Hochmann, acompanhado do vice-presidente da instituição, Rodrigo da Silva Trigueiro.



Marneide Merabet aniversaria e comemora em família

A família Merabet inicia julho em comemorações. A desembargadora Marneide Merabet comemora idade nova hoje. Já sua neta Rafaella Merabet, filha do ex-jogador do Flamengo, Roma Merabet, que atua na área jurídica, comemora 15 anos. Na imagem, a desembargadora Marneide Merabet, seu esposo Paulo Merabet, sua neta Marcella Merabet, seu filho Roma e a neta Rafaella.



Reforma Administrativa: AMEPA reúne com deputados federais

O presidente da AMEPA, Adriano Seduvin, vem se reunindo com a bancada federal paraense para alertar sobre os efeitos nocivos da possível inclusão do poder judiciário na Reforma Administrativa, que pode restringir a estabilidade no serviço público, dentre outros prejuízos. Em reunião com o deputado federal Cássio Andrade (PSB), Seduvin expôs argumentos que mostram que a inclusão do Judiciário na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 32/2020 resultaria em seu enfraquecimento como Poder e em prejuízos para a sociedade. "Os poderes são independentes e há um vício de iniciativa da proposta, já que somente o STF poderia alterar a organização do Poder Judiciário".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

VERBIS

OTJPA aderiu à campanha "Julho sem Plástico" para preparar e incentivar o público interno - magistrados, magistradas, servidores, servidoras, estagiário(a)s, terceirizado(a)s - para a eliminação do uso de materiais plásticos no âmbito de suas unidades.

Durante o mês, o Núcleo Socioambiental vai publicar semanalmente materiais gráficos e vídeos educativos para download, com dicas para reduzir o uso de materiais plásticos no ambiente de trabalho e na vida pessoal, e estimulando a coleta seletiva de materiais plásticos.

O Cesupa realizará nos dias 20 e 21/08, a primeira edição do «Desafio 24h Cesupa Law», reunindo estudantes de Direito e de pós-graduação da instituição para vivenciar uma imersão de 24 horas, atuando como escritórios de advocacia.

Objetivo é desenvolver soluções para três casos reais das áreas Empresarial, Trabalhista e Tributário. Os trabalhos serão avaliados pelos escritórios

parceiros FFV, Fonseca Brasil e Mendes Advocacia & Consultoria e pela OAB-PA. As inscrições podem ser feitas pelo Sympla, até o dia 14/08.

A OAB-PA solicitou ao Procurador-Geral de Justiça, César Mattar Jr., que oficie às promotorias para que observem a Recomendação Nº 036/2016, do Conselho Nacional do Ministério Público. Em 2016, o CNMP recomendou que os promotores sejam orientados que não existe presunção de ilegalidade nas contratações de advogado(a)s por prefeituras e/ou câmaras municipais.

A terceira edição da Caravana Virtual do Centro de Inteligência do Poder Judiciário, instituído pelo CNJ, será sediado pelo TJPA no dia 6, de 15h às 17h. O objetivo é divulgar a implantação e as expectativas de atuação do Centro de Inteligência do TJPA, debatendo as medidas preventivas e estratégicas para otimizar a gestão judiciária. Inscrições no site da Escola Judicial do Pará (EJPA).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



VERA CASTRO
vera.castro@diariodopara.com.br

Ponto a Ponto

Mantendo a tradição, as mulheres continuam a ser maioria no Tribunal de Justiça do Estado. São 17, enquanto os desembargadores somam 13. A mais antiga desembargadora é Nadja Nascimento. A mais nova é Eva do Amaral Coelho.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

REPÓRTER

70

> INTERVENÇÃO ESCOLAS

É crítica a situação das escolas do campo e rurais no Pará. Um exemplo é o caso de Inhangapi, no nordeste paraense, que precisou de intervenção do Ministério Público do Estado do Pará (MP-PA). O órgão conseguiu a nulidade do ato da prefeitura local, que fechou nada menos que 19 das 24 escolas rurais existentes, inclusive de comunidades quilombolas, para a implantação de um projeto de "Nucleação Escolar". Atendendo a ação assinada pelo procurador Waldir Macieira e pela promotora Tatiana Granhen, a 2ª turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Pará determinou, por unanimidade, a reabertura das escolas do campo e a recontração dos professores.

> CHEIAS URIBOCA

O problema do alagamento do rio Uriboca - que corta as duas pistas do quilômetro 10 da BR-316 - se arrasta há muitos anos e foi alvo, na semana passada, de reunião entre representantes do Ministério Público do Estado do Pará, do Núcleo de Gerenciamento de Transporte Metropolitano e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Marituba. No encontro, a promotora de justiça Eliane Moreira cobrou agilidade nas intervenções necessárias que, segundo ela, devem ocorrer de preferência dentro da execução da obra do projeto BRT Metropolitano.

SOLUÇÃO

Na reunião, contudo, a promotora foi informada que o alagamento tem causa complicada. O problema começa no Igarapé das Toras, no interior de Marituba. Durante o período de chuvas mais severas, o igarapé tem volume de água aumentado, o que impacta diretamente na cheia e no transbordamento do Uriboca. Por esse motivo, seria necessária a elaboração de um estudo aprofundado para solucionar o problema, de forma integrada entre os municípios de Ananindeua e Marituba, incluindo também o governo do Pará, que hoje gerencia aquele trecho da BR. A última cheia que invadiu as pistas ocorreu em 17 de maio deste ano.

EMPOUCASLINHAS

● Acordo judicial vai permitir que a prefeitura de Belém faça nova eleição para escolha dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

PANDEMIA

TRT8 registra redução de mais de 40% em processos trabalhistas

ACESSO - Com jurisdição sobre o Pará e o Amapá, Tribunal do Trabalho da 8ª Região atribui a queda à crise sanitária de covid-19 e à relutância do trabalhador em usar os meios digitais

ABÍLIO DANTAS
DA REDAÇÃO

Desde o início da pandemia de covid-19, em março de 2020, até fevereiro deste ano, o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região, que tem jurisdição sobre os estados do Pará e Amapá (TRT-8 PA/AP), registrou queda de 40,7% no número de processos trabalhistas ajuizados, em comparação com o período pré-pandemia, de março de 2019 a fevereiro de 2020.

Antes do início da crise sanitária mundial foram registrados 50.775 processos, enquanto que no período posterior o número caiu para 30.118. A diminuição não significa, no entanto, que menos violações trabalhistas ocorreram. De acordo com o próprio TRT-8, o principal motivo da redução foi a dificuldade enfrentada nos momentos de maior restrição na pandemia, para que as pessoas pudessem comunicar seus casos à Justiça do Trabalho.

"Sem dúvida nenhuma a pandemia foi a principal causadora da redução dos casos, já que a possibilidade de deslocamento até a Justiça do Trabalho foi comprometida", declara a assessoria do TRT-8. A instituição constata que a população não utilizou os meios eletrônicos disponíveis para dar entrada nos processos. "O que o trabalhador ainda não teve consciência é de que, com a possibilidade de a reclamação trabalhista ser feita on-line, somente com o uso de computador ou celular acessando o site do tribunal, sem sair de casa, o processo pode ser iniciado com a tentativa de conciliação, que, se não conseguir ser alcançada, segue como um pro-



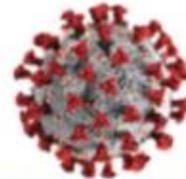
TRT8 aponta a crise sanitária como responsável pela redução de processos

cesso normal, com as audiências também ocorrendo de forma tele-presencial", afirma a instituição.

MEDO

A advogada trabalhista Suzanne Rodrigues, mestre em Direito pelo Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), diz que o atendimento presencial, suspenso durante alguns períodos desde o início da pandemia, é primordial para os trabalhadores, principalmente os com menos instrução e conhecimento técnico. "Soma-se a isso a dificuldade que as partes possuem em utilizar os meios tecnológicos para participar dos atos processuais, como as audiências", pondera.

A advogada acrescenta outros motivos para a "queda vertiginosa do ajuizamento de processos". "O medo da contaminação pelo vírus ainda mantém muitas pessoas em suas casas, o que influencia diretamente no acesso à Justiça. Vale pon-



CORONAVÍRUS

Motivos

"Soma-se a isso a dificuldade que as partes possuem em utilizar os meios tecnológicos para participar dos atos processuais, como as audiências"

tuar que, após a extinção do contrato, o trabalhador possui até dois anos para ajuizar eventual ação trabalhista. Desse modo, imagina-se que após a vacinação em massa da população e o retorno gradativo das atividades, o ajuizamento de demandas voltará a subir", avalia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Aviso prévio tem o maior número de ações

O "Aviso Prévio" foi a questão que mais motivou processos entre março de 2020 e maio de 2021, segundo o levantamento do TRT8: 10,287 casos registrados (confira no infográfico). A "Multa 405 do FGTS" ocupa a segunda posição, com 6.982 registros. Em seguida, aparecem "Multa do artigo 477 da CLT" e "Verbas rescisórias", com 5.366 e 5.141 casos, respectivamente. Em último lugar, aparece o assunto "Férias proporcionais", com 4.599 julgamentos.

A presença do "Aviso Prévio" como líder do ranking, segundo avaliação do Tribunal, se deve ao fato de que a pandemia atingiu a capacidade financeira dos empregadores, a ponto de não disporem de recursos diretos para efetivar o pagamento desse direito específico.

"Historicamente, o aviso prévio ocupa o topo do ranking de assuntos mais recorrentes na Justiça do Trabalho. Durante a pandemia, não poderia ser diferente", avalia a advogada Suzanne Rodrigues, para explicar que o assunto é recorrente devido aos equívocos no momento do cálculo e pagamento direito, por desconhecimento das partes sobre as regras que regem o aviso prévio.

"A título de exemplo, vale desta-



Quantidade de casos novos recebidos por assunto pelo TRT-8, no período de março de 2020 a maio de 2021.

Assunto	Quantidade de Processos
Aviso prévio	10.287
Multa art. 405 do FGTS	6.982
Multa art. 477 da CLT	5.366
Verbas rescisórias	5.141
Férias proporcionais	4.599

PONTE SISTEMA E GESTÃO / TRT-8

car que o aviso prévio é proporcional ao tempo de serviço, isto é, até o primeiro ano de trabalho, o empregado faz jus a 30 dias de aviso, após isso, acrescenta-se mais três dias a cada ano trabalhado. É muito comum acontecerem falhas nessa contagem, o que dão ensejo ao ajuizamento de ações trabalhistas. Da mesma forma, por vezes as partes têm dúvidas sobre a diferença entre o aviso prévio indenizado e o trabalhado, o que impacta diretamente do valor devido a título de verbas rescisórias", explica.

A especialista avalia, porém, que

a crise ocasionada pela covid-19 contribuiu decisivamente para a sua manutenção.

"A restrição de circulação de pessoas e o fechamento compulsório dos estabelecimentos provocaram complicações financeiras para grande parte das empresas. Com isso, muitas limitaram ou até mesmo encerraram suas atividades, o que intensificou o número de rescisões contratuais e, infelizmente, o atraso no pagamento das verbas rescisórias. Isso também pode explicar o grande número de processos sobre aviso prévio", atenta.



O contrato de emprego é pautado na realidade

MINUTA

● O Pleno do Tribunal de Justiça do Pará apreciou processos de remoção e de promoção para unidades judiciárias de Comarcas de 1ª e de 2ª Entrâncias. Na 1ª Entrância, o Tribunal Pleno deliberou por remover, pelo critério de antiguidade, o juiz Lucas Quintanilha Furlan à Vara Única da Comarca de São Caetano de Odivelas. A juíza Adriana Grigolin Leite foi promovida, pelo critério de antiguidade à Vara Única da Comarca de São Domingos do Capim. Pelo critério de antiguidade, o juiz José Jocelino Rocha foi removido à Vara Única da Comarca de Primavera. O juiz Odinandro Garcia Cunha também foi promovido pelo critério de antiguidade à Vara Única da Comarca de Juruti. Na 2ª Entrância, a juíza Vanessa Ramos Couto foi removida pelo critério de antiguidade à 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides.

● O desembargador do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), Leonam Gondim da Cruz Júnior, vice-presidente e corregedor regional do Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), foi agraciado com a Medalha de Mérito Notarial Zeno Veloso, na sede da Corte Eleitoral do Pará. Concedida pelo Instituto de Protestos de Títulos do Brasil – Seccional Pará (IEPTB-PA). A

honraria destaca, além dos méritos pessoais enquanto jurista e escritor, a contribuição do desembargador Leonam Gondim Júnior à Atividade Notarial.

● A Coordenadoria dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) segue com a agenda de Jornadas de Conciliação por videoconferência no próximo mês de julho. Desta vez, a contemplada será a Comarca de Santo Antônio do Tauá, que terá suas atividades desenvolvidas entre os dias 12 e 15 de julho. A ação, que contará com audiências referentes a 50 processos, será coordenada pela juíza Haila Haase Miranda.

● O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) aderiu à campanha “Julho sem Plástico”, como forma de preparar e incentivar o público interno, formado por magistrados, magistradas, servidores, estagiários, e terceirizados, para a eliminação do uso de materiais plásticos no âmbito de suas unidades. Durante o mês, o Núcleo Socioambiental vai publicar semanalmente materiais gráficos e vídeos educativos para download, com dicas para reduzir o uso de materiais plásticos no ambiente de trabalho e na vida pessoal, e estimulando a coleta seletiva de materiais plásticos.

EM ALTAMIRA

Família consegue exumação do corpo de Sandra Xavier; suspeita é de feminicídio

02 JUL 2021 - 15H15 | ATUALIZADO 02 JUL 2021 - 16H16 | Compartilhar 12



A Justiça autorizou a exumação do cadáver de Sandra Luíza Xavier, para o próximo dia 16 de julho, após um pedido da família. A mulher [foi encontrada morta em sua residência na manhã do dia 25 de janeiro deste ano.](#)

A causa da morte de Sandra estava sendo contestada pela filha dela, Maria Luíza, e pela mãe que acreditam que a mulher foi assassinada. Sandra, tinha 47 anos e teve sua causa morte atestada como decorrência de um infarto agudo de miocárdio. Ela era servidora da prefeitura de Altamira.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

[Em março deste ano](#), Maria Luiza concedeu entrevista ao Portal Roma News sobre a suspeita da família que havia pedido a exumação do corpo. “O nosso principal apelo é que seja feita a exumação e a autópsia do cadáver para descobrirmos qual foi o real motivo da morte da minha mãe. Se for um inverte ok, mas se não for, toda história pode mudar. Esse exame tem que ser realizado o quanto antes”, disse a filha da vítima, na época.

No último dia 25 de junho, o Juiz de Direito Dr. Jessinei Gonçalves de Souza, autorizou que fosse feita a exumação do cadáver. A família de Sandra acredita que Azemar Junior, que era marido dela, possa ter relação com a morte da mulher.

[EXCLUSIVO: filha que denunciou possível assassinato da mãe diz que família quer exumação do corpo](#)

Na época do crime, Maria Luiza, que fazia faculdade em Belém, relatou que soube da morte da mãe por mensagem, e que, logo ao receber a notícia, se deslocou até Altamira com a avó materna.

Segundo ela, no município, após o sepultamento, teria ouvido de pessoas conhecidas de Sandra que a causa da morte poderia não ter sido um infarto como foi informada, já que a necropsia não teria sido feita. Ela também faz acusações sobre sumiço de joias e do celular da mãe, que supostamente poderia conter provas do que realmente aconteceu.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

INVESTIGAÇÃO

Compra de EPIs foi cancelada após denúncia do DIÁRIO

O Ministério Público do Pará arquivou a investigação porque constatou que, além da rescisão contratual pela Sesma, não houve pagamentos à empresa que seria beneficiada. Isso ocorreu após denúncia feita pelo DIÁRIO

domingo, 04/07/2021, 10:41 - Atualizado em 04/07/2021, 10:39 - Autor: Ana Célia Pinheiro



Mais uma vez o DIÁRIO conseguiu evitar um prejuízo milionário aos cofres públicos, causado pelos tucanos. Em 5 de julho do ano passado, o jornal mostrou os indícios de irregularidades na compra de R\$ 12,5 milhões em Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), para o combate à pandemia, pelo então secretário de Saúde, Sérgio Amorim, braço-direito do então prefeito Zenaldo Coutinho. A transação mais suspeita era a aquisição de 4,6 milhões de luvas de látex, para um período de apenas 6 meses, apesar de a Secretaria Municipal de Saúde (Sesma) possuir cerca de 8 mil servidores, dos quais só uns 3 mil atuavam diretamente no atendimento à população. Em 8 de julho, 3 dias depois daquela

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

reportagem, Amorim rescindiu o contrato. Agora, o Ministério Público do Pará (MP-PA) arquivou a investigação sobre o caso, porque constatou que, além da rescisão contratual, também não houve pagamentos à empresa que seria beneficiada.

- [Amorim pagou o triplo por equipamentos; MP não investigou](#)
- [Habeas Corpus impede prisão do ex-secretário Sérgio Amorim e da esposa em Belém](#)

A decisão do MP-PA já era esperada e, de certa forma, foi antecipada pelo DIÁRIO: em reportagens posteriores, o jornal mostrou que a Sesma anulou a nota de empenho de R\$ 1,748 milhão em favor da empresa. O arquivamento foi decidido pelo promotor Domingos Sávio Campos, da 3ª Promotoria de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa, com base em uma Nota Técnica que apontou a “perda de objeto” da investigação, devido à rescisão contratual e à inexistência de pagamentos. A homologação do arquivamento, pelo Conselho Superior do MP-PA, ocorreu no último 25. Tais compras chamaram a atenção porque, na época, servidores municipais de Saúde protestavam nas ruas devido à falta de EPIs. Enquanto isso, os contratos assinados por Amorim indicavam a compra de enormes quantidades desses equipamentos.

Também chamaram a atenção os preços pagos por esses produtos, muitos deles acima do que foi pago por outros órgãos, e até pela Sesma. Das 43.100 máscaras PFF2, as de mais alta proteção, compradas por Amorim, 3.100 saíram a R\$ 29,90 a unidade, em 23 de abril, apesar de outras 40 mil terem sido compradas por R\$ 23,00 cada, no dia anterior. E também no dia anterior (22 de abril), o Hospital de Clínicas Gaspar Viana, do Governo do Estado, havia comprado 2 mil máscaras PFF2 por R\$ 21,00 a unidade. O mesmo ocorreu com as 491 mil máscaras descartáveis. Entre abril e maio, o custo unitário de 41 mil delas ficou, em média, em R\$ 1,56. Mas, ainda em maio, a Sesma fechou um contrato para a produção de 450 mil dessas máscaras e o custo unitário foi parar em R\$ 1,70. Já a Polícia Militar do Pará (PM-PA) comprou, em 27 de maio, 30

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

mil máscaras a R\$ 1,20 cada. Já os 4,6 milhões de luvas ficariam em 38 centavos a unidade, contra os 21 centavos registrados pelo Banco de Preços do Governo do Estado, em 14 de fevereiro, ou três meses antes.

As reportagens do DIÁRIO levaram a vereadora Nazaré Lima, do PSOL, a protocolar denúncia no MP-PA. As investigações foram divididas entre várias promotorias. No entanto, nem isso conseguiu frear Amorim: em 18 de setembro, véspera das eleições municipais, ele assinou contratos para a compra de 11,250 milhões de luvas de látex, quantidade superior à toda a população do Pará (8,7 milhões de habitantes) e 7 vezes a população de Belém. A nova compra ocorreu quando os casos de Covid-19 já haviam até caído bastante, em relação ao pico da doença, que foi em maio.

Houve licitação, com duas vencedoras. Uma, a F Cardoso & Cia Ltda, empresa tradicional do mercado, sediada em Ananindeua. Já a outra, que ganhou um contrato no valor de R\$ 1,995 milhão, para fornecer 4,750 milhões dessas luvas, era uma empresa complicada: a JKL Investimentos S.A, sediada em Fortaleza, no estado do Ceará. Ela pertencia ao empresário Maurício Araújo de Oliveira Souza, suspeito de atuar como laranja de uma quadrilha especializada em falsificação de documentos, evasão de divisas e lavagem de dinheiro. Segundo a Operação Perfídia, realizada pela Polícia Federal, em março de 2017, ele teria ajudado a lavar quase 5 bilhões de dólares, através da venda de bolívars venezuelanos a um banco da Dinamarca, pela offshore Global Recreative Sistem – GRS CA, da qual era o representante legal.

ESQUISITICES

Apesar de sugerir o arquivamento do caso, a Nota Técnica do MP-PA revela esquisitices na tentativa de aquisição daqueles 4,6 milhões de luvas e outros EPIs. Uma delas, a documentação enviada pela Prefeitura de Belém ao MP-PA, que, além de incompleta, não continha a numeração das páginas.

Outra esquisitice é que a dispensa licitatória e contrato da JJ da Silva&Santos Ltda foram assinados por Amorim sem que tivessem sido sanadas as

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

pendências documentais detectadas pelo Núcleo Jurídico e pelo Controle Interno da Sesma: a indicação da dotação orçamentaria, dos critérios para a escolha do fornecedor e da garantia em caso de pagamento antecipado, além de documentos de habilitação e da consulta aos cadastros de empresas inidôneas e suspensas.

Também houve “readequação” da quantidade de luvas a serem compradas, “sem delimitação de critérios ou parâmetros”. Saíram as luvas nos tamanhos P e G e ficaram as de tamanho M, com a quantidade retificada para 46 mil caixas, cada uma com 100 unidades e com um custo unitário de R\$ 37,00. Depois, houve o aumento desse preço para R\$ 38,00 a caixa, sem que tenha sido apontado qualquer motivo para isso.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



DECISÃO DA JUSTIÇA

Filha garante que mãe foi assassinada e corpo será exumado

Sandra Xavier tinha 47 anos e teve sua causa morte atestada como decorrência de um infarto agudo de miocárdio. Desde o início de fevereiro foi levantada a hipótese de um suposto assassinato da consultora, em Altamira, no Pará.

sábado, 03/07/2021, 11:49 - Atualizado em 03/07/2021, 11:49 - Autor: ANA PAULA AZEVEDO COSTA



morte da executiva Sandra Xavier, em Altamira, no sudoeste paraense, ganhou um novo desdobramento.

A filha da vítima, Maria Luiza Xavier, de apenas 17 anos, afirma que a mãe pode não ter morrido por infarto, mas sim ter sido assassinada pelo próprio marido, Azemar Júnior.

PUBLICIDADE

De acordo com informações do portal A Voz do Xingu, a Justiça autorizou a exumação do cadáver de Sandra Xavier. [A vítima foi encontrada morta em](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

[sua residência, no dia 25 de janeiro deste ano](#). A exumação está marcada para o dia 16 de julho e atende a um pedido da Polícia Civil de Altamira.

O Juiz Jessinei Gonçalves de Souza autorizou, no último dia 25 de junho, que fosse feita a exumação do cadáver. “Por tudo que foi exposto, defiro a representação e determino a exumação do cadáver de Sandra Luíza Xavier”, diz a sentença do Juiz.

Sandra tinha 47 anos e teve sua causa morte atestada como decorrência de um infarto agudo de miocárdio. Desde o início de fevereiro foi levantada a hipótese de um suposto assassinato da consultora.

Em entrevista ao Portal A Voz do Xingu, no dia 20 de março, a advogada Cássia Pantoja, que defende Azemar Júnior, que era marido de Sandra, diz não ter medo a exumação do corpo.

ENTENDA O CASO

PUBLICIDADE

A filha de Sandra, Maria Luíza, relata que várias testemunhas a procuraram para dizer que o padrasto da adolescente pode estar envolvido na morte. Horas antes da morte de Sandra, a vítima teve uma intensa discussão com o marido, Azemar, em um restaurante da cidade.

Maria Luiza, que estava em Belém quando ocorreu a situação, contou em vídeo que o padrasto agredia Sandra constantemente, inclusive, quebrando partes do corpo em algumas discussões.

Ela afirma que quando chegou a Altamira, o padrasto apresentou comportamento suspeito, impedindo-a de acessar o computador da mãe. Também houve uma briga entre os dois neste período.

A filha de Sandra diz ainda que testemunhas contaram que a mãe falou para todos no restaurante, horas antes de morrer, que a vida dela era uma farsa.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Na mesma briga, Azemar teria jogado o celular da vítima no rio. Maria Luiza pediu às testemunhas que falassem o que realmente aconteceu, mas todas, por medo de Azemar, preferiram ficar em silêncio.

Maria Luiza diz que pediu a exumação do corpo à Polícia Civil e aguarda retorno. Ela suspeita que a mãe possa ter sido envenenada.

Veja o relato de Maria Luiza e os prints de testemunhas que lhe procuraram:



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br